

PROPOSTAS DA APOMAC PARA AS LAG ABRANGEM IDOSOS, FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E RIQUEXÓS



No âmbito das Linhas de Acção Governativa de 2027, a Associação dos Aposentados, Reformados e Pensionistas de Macau auscultou os seus associados e definiu algumas propostas para o Governo. Para além dos ajustamentos dos salários da função pública e das pensões, a APOMAC sugeriu que o subsídio de formação contínua para idosos pudesse ser utilizado como vale de saúde, tendo solicitado também empenho na supervisão das obras dos lares para a terceira idade. Propôs ainda que o Executivo se encarregasse da renovação da frota de riquexós da cidade

PEDRO MILHEIRÃO

A Associação dos Aposentados, Reformados e Pensionistas de Macau (APOMAC) acredita que o Governo deveria ponderar um ajustamento salarial

dos funcionários públicos, uma vez que, mediante o conflito no Médio Oriente, o preço dos combustíveis aumentou, o que, aliado ao adiamento de prazos de entrega, significa que os “produtos importados por Macau enfrentam agora pressões de subida”. Segundo a proposta da APOMAC para as Linhas de Acção Governativa (LAG) de 2027, o aumento de 3% elevaria o factor salarial das actuais 94 para 97 patacas, o que permitiria manter “o poder de compra dos funcionários públicos”.

Recorde-se que o Governo decidiu não proceder a qualquer ajustamento das remunerações dos trabalhadores da função pública este ano, sendo que a última revisão salarial teve lugar no início de 2024. Além disso, a APOMAC também voltou a referir que o actual sistema de índices salariais “está desactualizado”, tratando-se de “um sistema rígido, incapaz de aplicar aumentos salariais diferenciados, de acordo com o contributo e as responsabilidades dos funcionários públicos de diferentes categorias e funções”.

O Secretário para a Administração e Justiça, Wong Sio Chak, afirmou recentemente que os aumentos salariais por taxas percentuais em função das carreiras e das funções não seria viável, não existindo até à data qualquer plano para o efeito. A APOMAC propôs que Governo tomasse como referência o mecanismo de revisão salarial de Hong Kong.

Segundo a associação, na região vizinha, o Chefe da RAEHK e o Conselho Executivo têm em consideração seis factores, nomeadamente a economia local, a evolução do custo de vida, a solidez orçamental, as reivindicações dos sindicatos, o moral dos funcionários públicos e as tendências salariais. Este último indicador resulta de um inquérito anual sobre as remunerações que mede as variações dos salários no sector privado. Os próprios funcionários públicos da RAEHK podem inclusive receber “pontos de aumento salarial” com base na antiguidade e no seu desempenho, sendo que os aumentos variam entre cerca de 3,6% até 6,7%. Em síntese, o novo mecanismo de ajustamento salarial deverá ser “mais científico e flexível”, no entender da associação.

Ao mesmo tempo, a reforma da administração pública da RAEM não poderá resultar apenas de uma cópia dos modelos ocidentais, defendeu a APOMAC, citando um estudo académico, pelo que Macau deverá ter em conta as suas próprias “especificidades demográficas e sociais”, a favor da meritocracia e não por “critérios orientados por filiações ou clientelismo”.

Flexibilizar apoios à terceira idade

No que diz respeito ao Programa de Participação nos Cuidados de Saúde do próximo ano, a APOMAC também considera que o montante de 700 patacas é “insuficiente, quando se recorre a instituições privadas”. Além disso, os honorários cobrados pelos profissionais de saúde particulares são “frequentemente iguais ou até superiores ao valor dos vales de saúde”, pode ler-se no comunicado.

Como “solução mais flexível”, a associação acredita que as seis mil patacas atribuídas ao abrigo do Programa de Formação Contínua deveriam ser utilizáveis em despesas médicas por parte de idosos com mais de 70 anos, uma vez que estes “necessitam mais de consultas ou serviços médicos do que formação contínua”. Esta flexibilização permitiria “uma utilização mais justa e precisa dos recursos públicos” e responderia “de forma mais útil e real às necessidades dos idosos”, defendeu a APOMAC.

Ainda relativamente aos idosos, o grupo associativo também pediu ao Executivo que acelere “a construção de novas residências para idosos, no sentido de reduzir o tempo de espera para menos de nove dias, em vez dos actuais 16 meses, para não dizer anos”. Mais especificamente, a APOMAC solicitou empenho ao Governo na supervisão das obras das residências para idosos na Zona A dos Novos Aterros, que disponibilizarão 900 vagas, “a fim de garantir o seu funcionamento na data prevista”, agendada para o próximo ano.

Neste contexto, a APOMAC manifestou “o seu total apoio à iniciativa do Governo em aumentar o número de lares para idosos”, tendo acautelado que o número de lares bem como a data prevista para a conclusão dos projectos “são motivo de preocupação”. “Sabemos que o envelhecimento da população é um facto inquestionável, por conseguinte, o acesso aos lares será muito mais difícil no futuro”, projectou a instituição.

Além das questões dos subsídios de saúde e dos lares para idosos, a APOMAC saudou a proposta do Fundo de Segurança Social e o consenso unânime na Comissão Permanente de Concertação Social sobre “a activação de um mecanismo de ajustamento das pensões mais flexível e relacionado com o índice de preços no consumidor”, cujos intervalos de ajustamento não poderão ser “superiores a três anos”. Ao abrigo desta questão, a associação pediu apenas que a medida fosse “implementada o quanto antes e que o sistema seja aperfeiçoado periodicamente”.

Modernizar os riquexós

Numa medida que potencialmente beneficiaria outros grupos etários, a organização liderada por Jorge Fão e Francisco Manhão também solicitou a “substituição total” dos riquexós de Macau, “com vista a melhorar a imagem da cidade, por um lado, e para contribuir, por outro, para a criação de novos postos de trabalho”. Nesta senda, o Governo poderia assumir a responsabilidade pelo design e pela exploração dos triciclos tradicionais, “alugando-os a jovens desempregados e pessoas que pretendam obter rendimentos adicionais através de trabalho a tempo parcial”.

Para a organização associativa, “o mais preocupante, ainda, é o facto de os triciclos existentes terem um design desactualizado e uma carroçaria frágil, sendo que a sua condução exige algum esforço físico e muita atenção,

transmitindo uma imagem desajustada em relação ao progresso da cidade, razão pela qual dificilmente conseguem atrair os jovens a ingressarem na profissão de condutores de riquexó”.

Outro dos problemas prende-se com “os níveis de manutenção dos equipamentos dos veículos” que “não são uniformes, o que prejudica a garantia de segurança dos utentes”, lamenta a APOMAC. Ao mesmo tempo, “a tarifa de uma curta viagem de triciclo ronda as 200 patacas, variando o aluguer, por hora, entre 350 e 500 patacas”, o que para a associação não pode ser considerado “económico nem atractivo”, o resulta na captação de um “reduzido número de turistas”.

Como recordou a APOMAC, a título de argumento, os riquexós “foram, no passado, um importante meio de transporte em Macau. No seu apogeu, entre o final da década de 1950 e o início da década de 1970, circulavam mais de 700 destes veículos pelas ruas da cidade. Porém, com o desenvolvimento dos equipamentos de transportes, os triciclos perderam a sua popularidade, existindo, actualmente, apenas cerca de 30 exemplares em circulação”, ressaltou a associação, tendo referido ainda que em 2017, “havia cerca de cinquenta triciclos”.

Além da queda da popularidade dos riquexós, “os seus condutores são pessoas de média e alta idade”, o que para a APOMAC é demonstrativo de que “o sector está gradualmente em declínio”. Todavia, à imagem de veículos turísticos de várias cidades da Ásia e da Europa, a transformação deste “meio de transporte do passado num elemento turístico sustentável” deveria ser considerada pelas autoridades, segundo o grupo associativo.

Desde que foi fundada em 2001, a APOMAC tem acompanhado de perto “as questões relativas ao bem-estar da população, particularmente relacionadas com os aposentados”. A convite de Sam Hou Fai, Chefe do Executivo, a instituição realizou um inquérito junto dos seus associados para recolher opiniões “de forma mais abrangente e fiável” sobre as LAG de 2027, pode ler-se no comunicado.

Fonte: Jornal Tribuna de Macau